



**REQUERIMENTO N° 128/2012
(Da Sra. Luiza Erundina de Sousa)**

Requeiro a realização de audiência pública da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça destinada a ouvir testemunhos a respeito da repressão contra militares perpetrada pela ditadura de 1964 e a homenagear a resistência ao autoritarismo dentro das Forças Armadas.

Justificativa

As audiências públicas até aqui realizadas na Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça têm lançado luz sobre aspectos menos debatidos, mas não menos importantes, da repressão institucional levada a cabo em larga escala pela ditadura implantada no Brasil em 1964. Fica, assim, cada vez mais claro que a compreensão do regime ditatorial passa pela ampliação do debate, de maneira a mostrar como suas políticas colidiam, em aspectos fundamentais, com interesses e valores disseminados pela sociedade brasileira. Como não se dispunha a dialogar sobre aquelas políticas, buscando, democraticamente, as convergências entre posições divergentes, o regime, além de impor-se pela força, não deixou de estender cada vez mais o recurso à repressão. A Comissão Parlamentar já começou a iluminar, por exemplo, os efeitos dessa ampla prática repressiva sobre comunidades indígenas e camponesas espalhadas pelo Brasil afora. Devemos dirigir a atenção para outras áreas até que se estabeleça um quadro mais completo da repressão social e política que se abateu sobre o país naquela quadra trágica de nossa história.

O fato de que a repressão se voltou, em boa medida, para dentro das Forças Armadas é um exemplo de realidade tradicionalmente pouco acentuada nas discussões sobre o regime repressivo. Trata-se de uma omissão particularmente danosa, pois reforça a falsa dicotomia entre militares e civis na sociedade brasileira. Se existe um elemento que salta aos olhos de quem aprofunda, por mais ligeiramente que seja, a análise da ditadura, é o fato de que ela foi implantada e conduzida por civis e militares contra civis e militares. Trata-se de uma realidade que não pode ser escondida, sob pena de naturalizar uma divisão que só tem a prejudicar a democracia brasileira, levando, inclusive, a juventude militar a supor que, para defender a instituição de que faz parte, necessita defender a ditadura de 1964. Ora, na verdade, os jovens militares podem e devem se espelhar em seus pares que, corajosamente, resistiram ao arbítrio.

É importante notar que a resistência a focalizar a repressão que recaiu sobre as próprias Forças Armadas a partir de 1964 não se deve à ausência de informações nessa área, embora elas não sejam comumente alardeadas. Basta



lembra a publicação, já em 1978, do livro *Legitimidade e Coação no Brasil pós-64* (Rio de Janeiro: Forense-Universitária), que dava a público as dissertações de mestrado de Lúcia Klein e Marcus Figueiredo, ambas contendo dados sobre a repressão que atingiu civis e militares. De acordo com a pesquisa de Marcus Figueiredo, nada menos que 980 militares foram expulsos das Forças Armadas nos anos de 1964 e 1965, sendo 84 deles de alta patente e 337 de patente média. Até 1974, o número total chegou a 1.312 militares. Se considerarmos que há mais servidores civis que militares, não é absurdo defender que a repressão no interior do Estado foi proporcionalmente maior dentro das próprias Forças Armadas.

Mais recentemente, uma pesquisa levada a cabo e publicada aqui mesmo na Câmara dos Deputados voltou a ilustrar a intensidade de repressão no interior das Forças Armadas. A pesquisa liderada por Paulo Affonso Martins de Oliveira nos Diários Oficiais da União, a respeito das sanções políticas infligidas com base nos atos institucionais impostos pela ditadura de 1964, identificou centenas de militares autoritariamente reformados pelo regime. Isso sem contar outras formas de punição que recaíram sobre militares das mais variadas patentes. Somente em anos recentes, contudo, começam a crescer as investigações acadêmicas sobre a situação membros das Forças Armadas que das mais variadas maneiras foram prejudicados pela ditadura. Refira-se apenas um exemplo.

A tese de doutorado em história social defendida por Karla Guilherme Karloni, na Universidade Federal Fluminense, em 2010, se debruça sobre a trajetória pessoal e política do marechal Henrique Teixeira Lott. A autora liga o “esquecimento imposto à imagem de Lott” no interior das Forças Armadas (seu “nome não está em nenhum prédio, não batiza nenhum batalhão”) à “tentativa de apagar da memória do Exército a existência de militares defensores do projeto nacionalista nas décadas de 1950 e 1960”. Mas não deixa de registrar o fato de que, por várias razões, a historiografia “civil” e mesmo de esquerda não deixou de colaborar para esse esquecimento. Cabe a esta Comissão, em nome da Verdade, fazer justiça aos militares que resistiram à ditadura e a seu projeto para o Brasil.

Sala das Comissões, de maio de 2012

Deputada LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
PSB/SP